

## **NOTA TÉCNICA DEF/CTEEF Nº 09/2025**

**PROCESSO SEI Nº 5100050690-000.000005/2025-03**

**CONCESSIONÁRIA ROTA DOS COQUEIROS**  
**7ª REVISÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**  
**CONTRATO DE CONCESSÃO CGPE Nº 001/2006**

**Recife, 09 de maio de 2025.**

## SUMÁRIO

### 1. OBJETIVO

### 2. INTRODUÇÃO

### 3. PLEITO DA CONCESSIONÁRIA ROTA DOS COQUEIROS

### 4. ANÁLISE DO PLEITO PELO PODER CONCEDENTE

### 5. LEGISLAÇÃO BÁSICA E OUTROS DISPOSITIVOS REGULAMENTARES

### 6. ANÁLISE DA ARPE

### 7. CONCLUSÃO

### ANEXO A - PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA - RECEITAS E TBP REEQUILIBRADAS

### ANEXO B - PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA - QUADRO DE VIGÊNCIA E PONDERAÇÃO DE TARIFAS

### ANEXO C - PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA - DRE REEQUILIBRADA (R\$ MILHÕES)

### ANEXO D - PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA - FLUXO DE CAIXA REEQUILIBRADO (R\$ MILHÕES)

## 1. OBJETIVO

Esta Nota Técnica tem por objetivo fornecer informações referentes à **7ª Revisão do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato de Concessão Patrocinada CGPE nº 001/2006**, de 28/12/2006, firmado entre o **Estado de Pernambuco e a Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (CRC)**, para exploração da Ponte de Acesso e Sistema Viário do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva.

## 2. INTRODUÇÃO

A **Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (CRC)** enviou ao **Conselho do Programa de Parcerias Estratégicas de Pernambuco (CPPPE)**, órgão da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), o requerimento do 7º Pleito de Revisão do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato de Concessão CGPE nº 001/2006, por meio da carta PC 041/2024, de 15 de julho de 2024, documento integrante do Processo SEI nº 5100050690-000.000005/2025-03 (doc. 61069604).

De acordo com a Lei nº 18.139, de 18/01/2023, a Secretaria de Projetos Estratégicos (SEPE) passou a ter competência para planejar, fomentar e coordenar as Parcerias Público-Privadas, assumindo, portanto, a gestão do Contrato de Concessão CGPE nº 001/2006.

Registra-se que a Secretaria Executiva de Parcerias e Estratégias (SEPE) foi favorável ao referido pleito conforme Nota Técnica nº 02/2025 da Secretaria Executiva de Parcerias e Estratégia, de 11 de março de 2025 (doc. 61072609). Em 21 de março de 2025, o Conselho do Programa de Parcerias Estratégicas de Pernambuco publicou a Resolução CPPPE nº 93 que aprova o pleito de reequilíbrio, condicionando-se à manifestação favorável da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco e da Procuradoria-Geral do Estado.

A SEPE, por meio do **Ofício nº 04/2025, de 19 de março de 2025**, encaminhou o pleito à ARPE para análise e deliberação desta Agência.

Em atendimento à legislação das audiências públicas do Estado de Pernambuco, esta Nota Técnica, juntamente com outros documentos integrantes do referido Processo SEI, serão submetidos à Audiência Pública na modalidade de Intercâmbio Documental, permitindo, portanto, a participação de todos os interessados em processo que autoriza revisão em tarifas de serviço público de titularidade do Estado de Pernambuco.

## 3. PLEITO DA CONCESSIONÁRIA ROTA DOS COQUEIROS

Fundamentando-se na subcláusula 28.2.6 do Contrato de Concessão (*vide Nota 1*), a Concessionária Rota dos Coqueiros S.A., por meio da **Carta CRC PC 041/2024**, de 15 de julho de 2024, enviou o seu pleito da 7ª Revisão do Equilíbrio Contratual, motivado pela ocorrência de **Tráfego de Veículos Pedagiados abaixo de 70% do Fluxo Previsto no Edital, no período de 14 de junho de 2023 até 13 de junho de 2024**, que caracterizou o desequilíbrio da Taxa Interna de Retorno (TIR) do Contrato de Concessão.

*Nota 1: As citadas subcláusulas do Contrato de Concessão encontram-se transcritas no Item 5 - Legislação Básica e Outros Dispositivos Regulamentares.*

Nesse contexto, a CRC informou uma perda de receita de R\$ 10.675.622 correspondente a R\$ 4.064.844 na data-base do Contrato (dez/2005), o que **desequilíbrio a TIR Contratual de 10,7541% para 10,6246%**. O Quadro 1, a seguir, é um resumo da tabela apresentada pela Concessionária na planilha “Anexo II \_ 7.PNRSF\_Reequilíbrio\_Ano\_Contrato\_13\_14\_jun\_” (doc. 61069610 do processo SEI).

**Quadro 1-** Cenários da Tarifa Básica de Pedágio (TBP) e Tarifa Interna de Retorno (TIR) - 7º Reequilíbrio da CRC

ITEM	ESCOPO	VIGÊNCIA	Moeda R\$ de Dez/2005		
			TARIFA-DU	TARIFA-FS	TIR Desequilibrada
A-1	PNRSF Não Alavancado atualizado pelo 6º reequilíbrio (10ºTA)	14-jun-24	3,3027	4,9540	
A-2	Cenário A-1 + Perdas < 70% do período de 14/06/2023 a 13/06/2024	14-jun-24	3,3027	4,9540	10,6246%
A-3	Cenário A-2 + Variação TBP para Reequilíbrio	14-jun-25	3,4137	5,1206	10,7541%
A-4	Cenário A-3 + Inclusão do Feriado Nacional da Consciência Negra	14-jun-25	3,4137	5,1206	10,7591%
A-5	Cenário A-4 + Variação TBP para Reequilíbrio	14-jun-25	3,4094	5,1141	10,7541%
A-6	TBP - 11º TA(7º reeq)	14-jun-25	3,4094	5,1141	

Registra-se que os seguintes documentos foram encaminhados pela **Carta CRC PC 041/2024**:

- Anexo I – Memória de Reunião – ARPE/SEDUH/CRC;
- Anexo II – PNR – 6º Pleito de Reequilíbrio – Perdas 14.06.22 a 13.06.23;
- Anexo III - Parecer PGE nº 583.2018 (Rito Reeq.).

4. ANÁLISE DO PLEITO PELO PODER CONCEDENTE

A **Nota Técnica SEPE nº 02/2025, de 11/03/2025**, apresentou a análise do pleito da CRC destacando-se que se trata de revisão do equilíbrio econômico-financeiro em favor da CRC em virtude de volume de tráfego realizado inferior a 70% do tráfego projetado em Edital no período de 14/06/2023 a 13/06/2024, referente ao **ano 14** do Contrato de Concessão.

Confirmada a **ocorrência de volume de tráfego real abaixo de 70% do tráfego projetado em Edital**, o Poder Concedente registrou seu entendimento da possibilidade de celebrar a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato em favor da CRC, apresentando análise do pleito na Nota Técnica da SEPE, resumida a seguir.

A SEPE verificou que, no período de 14/06/2023 a 13/06/2024, o volume de tráfego abaixo de 70% do previsto em Edital **ocorreu somente em dias úteis**, tendo em vista que o volume efetivamente ocorrido foi de 1.620.680 veículos equivalentes pagantes (VEP), comparado ao volume de 2.891.592, correspondente a 70% do volume previsto no Edital, para os dias úteis no período em análise, **obtendo-se a diferença de 1.270.912 VEP**.

Adotando o valor da tarifa de pedágio vigente no período em análise (14/06/2023 a 13/06/2024, tarifa de pedágio dias úteis de R\$8,40), obteve-se o valor total a ser reequilibrado de **R\$ 10.675.622** (dez milhões, seiscentos e setenta e cinco mil e vinte e dois reais) em valores de 2024, os quais representam **R\$ 4.064.844** (quatro milhões, sessenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro reais) em valores de novembro de 2005, data-base do Plano de Negócios.

Assim, a SEPE afirmou que a CRC faz jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos seguintes termos:

*Dessa forma, entende-se devida a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor da CRC no valor de R\$ 4.064.844, em valores de novembro de 2005, com base na previsão da cláusula 28.2.6 do Contrato CGPE nº 001/2006, assim como nos relatórios que seguem anexo à presente Nota Técnica (doc. 61085477), haja vista a constatação da ocorrência de tráfego em patamares inferiores à previsão de 70% do tráfego previsto no Anexo X do Edital nº 001/2006 – CGPE, Anexo I do Contrato CGPE nº 001/2006. (grifou-se)*

5. LEGISLAÇÃO BÁSICA E OUTROS DISPOSITIVOS REGULAMENTARES

● **Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003**, que altera e consolida as disposições da Lei nº 12.126, de 12/12/2001, que criou a Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE.

*Art. 3º Compete à ARPE a regulação de todos os serviços públicos delegados pelo Estado de Pernambuco, ou por ele diretamente prestados, embora sujeitos à delegação, quer de sua competência ou a ele delegados por outros entes federados, em decorrência de norma legal ou regulamentar, disposição convencional ou contratual.*

*§ 1º A atividade reguladora da ARPE deverá ser exercida, em especial, nas seguintes áreas:*

*[...]*

*III- rodovias;*

*[...]*

*Art. 4º Compete ainda à ARPE:*

*I - fixar, reajustar, revisar, homologar ou encaminhar ao ente delegado, tarifas, seus valores e estruturas; (grifou-se)*

- **Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
- **Lei Estadual nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005**, alterada pelas Leis Estaduais nº 12.976, de 28/12/2005, nº 13.282, de 23/08/2007, nº 14.339, de 29/06/2011, nº 15.757, de 04/04/2016, nº 16.573, de 20/05/2019, e nº 17.218, de 15/04/2021, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parceria Público-Privada.

*Art. 16 A remuneração do contratado, observada a natureza jurídica do instituto escolhido para viabilizar a parceria, poderá ser feita mediante a utilização combinada das seguintes alternativas:*

*I - tarifa cobrada dos usuários;*

*[...]*

*§ 7º Compete às Secretarias de Estado e à Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE o acompanhamento da execução e a fiscalização dos contratos de Parcerias Público-Privadas, bem como a avaliação dos resultados, sem prejuízo das competências atribuídas ao Conselho do Programa de Parcerias Estratégicas de Pernambuco - CPPPE. (Redação alterada pelo art. 8º da Lei nº 16.573, de 20 de maio de 2019.) (grifou-se)*

- **Lei Estadual nº 12.813, de 19 de maio de 2005**, regulamentada pelo **Decreto nº 29.367, de 27 de junho de 2006**, que disciplina a realização de audiências públicas previamente à autorização de aumentos nas tarifas ou preços praticados por empresas concessionárias de serviços públicos de titularidade do Estado de Pernambuco.

*Art. 1º O concedente de serviços públicos de titularidade do Estado de Pernambuco deverá realizar, diretamente ou através da Agência de Regulação do Estado de Pernambuco - ARPE, audiências públicas prévias às revisões nos valores de tarifas ou preços.*

*Art. 2º [...]*

*Parágrafo Único - O concedente, diretamente ou por delegação à Agência de Regulação do Estado de Pernambuco - ARPE, deverá divulgar nota técnica contendo informações que esclareçam os consumidores sobre o propósito das audiências públicas. (grifou-se)*

- **Contrato de Concessão Patrocinada CGPE-001/2006**, firmado entre a Via Parque S/A (atual Concessionária Rota dos Coqueiros S/A) e o Estado de Pernambuco, datado de 28/12/2006, em especial as Cláusulas 23, 27 e 28 do Contrato, bem como as alterações registradas no **9º Termo Aditivo**, de 02/06/2023, com destaque para Cláusula Terceira do referido Termo.

#### **DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

##### **CLÁUSULA 23 - CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DA RODOVIA**

*[...]*

*23.2. A CONCESSIONÁRIA obriga-se ainda, durante todo o prazo de vigência deste CONTRATO, a cumprir estritamente as condições estabelecidas na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, constante do ANEXO III, deste CONTRATO e na PROPOSTA ECONÔMICA, constante do ANEXO IV, deste CONTRATO, especialmente no que diz respeito ao PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA.*

*[...]*

##### **CLÁUSULA 27 - EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

*[...]*

*27.5. Sempre que haja direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, tal recomposição poderá ser implementada, mediante acordo entre as PARTES, após manifestação expressa da ARPE, tomando-se como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, a forma como foram considerados no PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA e respeitados os conceitos de EQUIDADE e MODICIDADE, de acordo com os procedimentos e mecanismos de revisão previstos neste CONTRATO.*

*[...]*

*27.9. Sempre que vier a ocorrer a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, as PROJEÇÕES FINANCEIRAS serão ajustadas para refletir a situação após essa recomposição.*

*[...]*

*27.11. Toda recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO ensejará a elaboração, pela CONCESSIONÁRIA, de novo PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA, que deverá ser aprovado pela ARPE, após concordância expressa do CONCEDENTE, para ter validade.*

*[...]*

##### **CLÁUSULA 28 - RISCO DO VOLUME DE TRÁFEGO NA RODOVIA**

*28.2. A partir do volume projetado indicado no ANEXO X - PROJEÇÃO DE TRÁFEGO, do EDITAL, serão consideradas, para os fins do disposto no item 28.1, as faixas de variação de tráfego, abaixo descritas, e suas respectivas regras de compartilhamento de riscos.*

*[...]*

*28.2.6. Ocorrendo variações de tráfego a menor, verificadas abaixo de 70% (setenta por cento), as correspondentes perdas de RECEITAS DE PEDÁGIO serão de responsabilidade do CONCEDENTE, mediante a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, conforme previsto na Cláusula 27 deste CONTRATO.*

*[...]*

*28.2.7.2 Ao final de cada doze meses será efetuado o ajuste das perdas de receitas decorrentes do*

compartilhamento de riscos com base projeção anual do tráfego previsto no Edital, devendo eventual crédito apurado em favor de uma das partes ser devolvida pela outra, no prazo previsto na cláusula 33, item 33.5.2 [...]

## **DO 9º TERMO ADITIVO**

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO REEQUILÍBRIO-ECONÔMICO FINANCEIRO**

2.1. Com a implementação do reequilíbrio econômico-financeiro, o valor da Tarifa Básica de Pedágio - TBP, na data-base de dezembro de 2005, a partir de 14 de junho de 2023, passará a ser de R\$ 3.1984 (três inteiros e um mil novecentos e oitenta e quatro décimos de milésimos de real) no período compreendido entre a zero hora de segunda-feira e vinte e quatro horas de sexta-feira; e R\$ 4.7976 (quatro inteiros e sete mil novecentos e setenta e seis décimos de milésimo de real) no período compreendido entre a zero hora e um minuto do sábado e vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do domingo, feriados nacionais e para o dia 6 de março, inclusive quando recaírem entre a segunda e sexta-feira. (grifou-se)

- **Lei Estadual nº 16.573, de 20 de maio de 2019**, alterada pela **Lei nº 17.168, de 5 de março de 2021**, que institui o Programa de Parcerias Estratégicas de Pernambuco, altera a Lei nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005, e a Lei nº 12.976, de 28 de dezembro de 2005.

Art. 6º No momento da entrada em vigor desta Lei passam a ser acompanhados e geridos pelos órgãos a seguir indicados:

I - O Contrato CGPE Nº 001/2006, cujo objeto é a Concessão Patrocinada para exploração da ponte de acesso e sistema viário do destino de lazer praia do Paiva, pela Secretaria de Planejamento e Gestão; (Redação alterada pelo art. 2º da Lei nº 17.168, de 5 de março de 2021.)

[...]

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, o contrato referido no inciso I será fiscalizado e regulado pela Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, nos seus aspectos econômico-financeiro e técnico-operacional. (grifou-se)

- **Lei Estadual nº 18.139, de 18 de janeiro de 2023**, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo do Estado de Pernambuco.

Art. 1º Os órgãos integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo Estadual têm as seguintes denominações e competências:

[...]

XXVII - Secretaria de Projetos Estratégicos: desenvolver e gerir ações e programas para implementação de projetos estratégicos para o Estado, em articulação com a União, outros Estados e Municípios; supervisionar obras e empreendimentos; autorizar a elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia de interesse estratégico, na forma disciplinada em ato da Governadora; participar de reuniões em órgãos conveniados; autorizar, homologar processos licitatórios de interesse estratégico, na forma disciplinada em ato da Governadora, ordenar despesas; assessorar à Governadora diretamente em sua área de atuação; planejar, fomentar e coordenar as Parcerias Público-Privadas, as concessões de serviços públicos, os programas de privatização e de desestatização, e as outras formas interação entre o Estado e a iniciativa privada, na forma disciplinada em Ato da Governadora do Estado, para viabilizar ações e programas de implantação de projetos e empreendimentos estruturadores e fomentadores do desenvolvimento socioeconômico do Estado e da eficiência da gestão pública; e executar e auxiliar na elaboração de projetos junto à União e a entidades financeiras nacionais e internacionais; (grifou-se)

- **Resolução CPPPE nº 84/2024, de 14/03/2024**, que aprova a 6ª recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato CGPE nº 001/2006.

Art. 1º Aprovar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato CGPE nº 001/2006 em favor da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A., em razão da ocorrência de volume de tráfego realizado inferior a 70% do tráfego previsto em Contrato, relativa ao período de 14 de junho de 2022 a 13 de junho de 2023, por meio da revisão da Tarifa Básica de Pedágio.

Parágrafo único. A aprovação ora manifestada está condicionada à manifestação favorável da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco e da Procuradoria-Geral do Estado. (grifou-se)

## **6. ANÁLISE DA ARPE**

Esta Nota Técnica analisa o pleito de revisão do equilíbrio econômico-financeiro registrada no Plano de Negócios da Rodovia (PNR), encaminhado pela carta CRC PC 041/2024, referente ao tráfego realizado abaixo de 70% do previsto no Edital, do ano operacional 14 (14/06/2023 - 13/06/2024), bem como, os efeitos de novo feriado nacional do dia 20 de novembro, estabelecido em 2023, com início de cobrança em 2024.

É importante registrar que a **6ª Revisão do Equilíbrio Econômico-Financeiro**, realizada em 2024, resultou no **10º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão CGPE Nº 001/2006**, permitindo alterar o **Anexo VI (Estrutura Tarifária)** do Edital de Concessão.

Desta forma, os valores das **Tarifas Básicas de Pedágio (TBP)** na data-base contratual (dez/2005), a serem utilizadas como referência para o cálculo das tarifas comerciais cobradas nas praças de pedágio, nos procedimentos

realizados a partir de 14/06/2024, passaram a ser os seguintes:

- a) R\$ **3,3027** no período compreendido entre a zero hora de segunda-feira e vinte e quatro horas de sexta-feira; e
- b) R\$ **4,9540** no período compreendido entre a zero hora e um minuto do sábado e vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do domingo).

A CRC solicitou reunião com a Diretoria de Regulação Econômica Financeira da Arpe, ocorrida em 16/04/2025, ocasião em que foram apresentadas as justificativas referentes ao pleito da 7ª revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão CGPE nº 001/2006.

Em relação ao evento motivador do pleito, está o compartilhamento de risco disposto na cláusula 28 do Contrato de Concessão – Risco do Volume de Tráfego na Rodovia, que prevê a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro quando houver de perdas de receita decorrentes das variações do tráfego realizado abaixo de 70% (28.2.6) do fluxo anual de veículos previsto no Anexo X do Edital. O Quadro 1 sintetiza as regras de compartilhamento de riscos relacionadas à demanda de tráfego, conforme o volume projetado pelo Poder Concedente.

Quadro 1 – Faixas de compartilhamento de riscos

Faixa de Tráfego	Destinação das Receitas/Perdas de Pedágio
acima de 130%	10% para o Fundo Socioambiental, 45% para a Concessionária e 45% para o Poder Concedente.
entre 110% e 130%	50% para o Fundo Socioambiental, 25% para a Concessionária e 25% para o Poder Concedente.
entre 100% e 110%	100% das receitas permanecem com a Concessionária.
entre 90% e 100%	as perdas de receita são integralmente assumidas pela Concessionária e não ensejarão a revisão do equilíbrio econômico-financeiro.
entre 70% e 90%	as perdas são compartilhadas igualmente entre a Concessionária e o Poder Concedente e não ensejarão a revisão do equilíbrio econômico-financeiro
abaixo de 70%	as perdas são integralmente suportadas pelo Poder Concedente, mediante recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Fonte: Cláusula 28 do CGPE Nº 001/2006.

Desta forma, verificou-se que no período de 14 de junho de 2023 a 13 de junho de 2024 (Ano 14) houve um déficit de tráfego registrado abaixo de 70%, em relação ao previsto no Edital, no total de **1.270.912 veículos** para os dias úteis, representando uma perda de receita de **R\$ 4.064.844 na data-base** (dez/2005).

Registra-se que essa perda de receita foi incluída pela CRC com sinal negativo na planilha “Receita” do Plano de Negócios da Rodovia, distribuída da seguinte forma: **R\$ 2.232.333 em 2023** (junho a dezembro/2023) e **R\$ 1.832.512 no exercício de 2024** (janeiro a junho/2024).

Observou-se ainda que, tendo em vista a criação de novo feriado nacional, apurou-se a diferença decorrente da modificação de tarifa dia útil (DU) para tarifa de fim de semana (DFS) nos anos em que para o dia 20 de novembro estava prevista cobrança de tarifa dia útil, conforme apresenta o Quadro 2. Os efeitos totalizaram o valor de **R\$ 294.572,40** inseridos no Plano de Negócio da Rodovia.

Quadro 2 - Apuração de desequilíbrio em virtude do novo feriado

Ano Contrato	Feriado Consciência Negra	Tráfego Diário DU	TBP DU	TBP DFS	Diferença Tarifa	Receita Acrescida	Ano Civil Impactado
14	0	15.767	3,1984	4,7976	1,5992	0	
15	1	16.722	3,1984	4,7976	1,5992	26.742	2024
16	1	16.786	3,1984	4,7976	1,5992	26.845	2025
17	1	16.786	3,1984	4,7976	1,5992	26.845	2026
18	0	16.658	3,1984	4,7976	1,5992	0	
19	1	16.722	3,1984	4,7976	1,5992	26.742	2028
20	1	16.722	3,1984	4,7976	1,5992	26.742	2029
21	1	16.722	3,1984	4,7976	1,5992	26.742	2030
22	1	16.786	3,1984	4,7976	1,5992	26.845	2031
23	0	16.722	3,1984	4,7976	1,5992	0	
24	0	16.722	3,1984	4,7976	1,5992	0	
25	1	16.722	3,1984	4,7976	1,5992	26.742	2034
26	1	16.658	3,1984	4,7976	1,5992	26.640	2035
27	1	16.786	3,1984	4,7976	1,5992	26.845	2036
28	1	16.786	3,1984	4,7976	1,5992	26.845	2037
29	0	16.722	3,1984	4,7976	1,5992	0	
30	0	16.658	3,1984	4,7976	1,5992	0	

O Quadro 3 a seguir, baseado na planilha “ResumoEtapa 7reeq” do PNR – 7º Pleito de Reequilíbrio, elaborada pela SEPE, apresenta cenários sobre o impacto na TBP do evento de desequilíbrio referente ao 7º reequilíbrio.

**Quadro 3 - Tarifa Básica de Pedágio nos Cenários de Análise do 6º Reequilíbrio da CRC (Análise ARPE)**

Item	Escopo	TBP dez/2005 (R\$)	
		Dia Útil	Fim de Semana
A-1	PNRSF Não Alavancado atualizado pelo 6º reequilíbrio (10ºTA)	3,3027	4,9540
A-2	Cenário A-1 + Perdas < 70% do período de 14/06/2023 a 13/06/2024	3,3027	4,9540
A-3	Cenário A-2 + Variação TBP para Reequilíbrio	3,4137	5,1206
A-4	Cenário A-3 + Inclusão do Feriado Nacional da Consciência Negra	3,4137	5,1206
A-5	Cenário A-4 + Variação TBP para Reequilíbrio	3,4094	5,1141
A-6	TBP - 11º TA (7º reeq)	3,4094	5,1141

Registra-se que para retorno à TIR do Contrato (10,7541%), mediante alteração tarifária, as TBP terão seus valores acrescidos em **3,23%, da seguinte forma:**

- a) **TBP Dias Úteis:** de R\$ 3,3027 para R\$ 3,4094; e
- b) **TBP Fins de Semana e Feriados:** de R\$ 4,9540 para R\$ 5,1141.

Apresentam-se nos Anexos A, B, C e D extratos do Plano de Negócios da Rodovia reequilibrado com destaque para as planilhas de Receita, Tarifa, DRE e Fluxo de Caixa.

7. CONCLUSÃO

Diante do exposto, e considerando que é da competência da ARPE a regulação econômico-tarifária do Contrato de Concessão Patrocinada CGPE nº 001/2006 para exploração da Ponte de Acesso e Sistema Viário do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva pela Concessionária Rota dos Coqueiros S.A., registram-se as seguintes **Tarifas Básicas de Pedágio (TBP) resultantes da 7ª Revisão do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato:**

- a) **TBP Dias Úteis:** de R\$ 3,3027 para R\$ 3,4094 e
- b) **TBP Fins de Semana e Feriados:** de R\$ 4,9540 para R\$ 5,1141.

Recife, 09 de maio de 2025.

**Sheila Messias da Silva**  
Coordenadora de Tarifas e Estudos Econômicos Financeiros

**Amanda de Araújo Farias**  
Analista de Regulação, matrícula 341-7

**Letícia Araújo de Carvalho**  
Analista de Regulação, matrícula 348-4

## ANEXO A - PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA - RECEITAS E TBP REEQUILIBRADAS

[illegible]

**ANEXO A - PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA - RECEITAS E TBP REEQUILIBRADA**  
(CONTINUAÇÃO)

[illegible]

## **ANEXO B - PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA - QUADRO DE VIGÊNCIA E PONDERAÇÃO DE TARIFAS**

Ano	Tarifa DU		Tarifa FDS		Vigência				Tarifa Básica de Pedágio -	Tarifa Básica de Pedágio -
	TBP adicional	TBP final acumulado	TBP adicionado	TBP final	Dias	Dias Tarifa	Data Reajuste	Fim de Período		
2010	3,000000	3,000000	4,500000	4,500000	201	164	14/06/2010	31/12/2010	3,000000	4,500000
2011	-	3,000000	-	4,500000	201	164	14/06/2011	31/12/2011	3,000000	4,500000
2012	-	3,000000	-	4,500000	201	165	14/06/2012	31/12/2012	3,000000	4,500000
2013	-	3,000000	-	4,500000	201	164	14/06/2013	31/12/2013	3,000000	4,500000
2014	-	3,000000	-	4,500000	201	164	14/06/2014	31/12/2014	3,000000	4,500000
2015	-	3,000000	-	4,500000	201	164	14/06/2015	31/12/2015	3,000000	4,500000
2016	-	3,000000	-	4,500000	201	165	14/06/2016	31/12/2016	3,000000	4,500000
2017	-	3,000000	-	4,500000	201	164	14/06/2017	31/12/2017	3,000000	4,500000
2018	-	3,000000	-	4,500000	201	164	14/06/2018	31/12/2018	3,000000	4,500000
2019	0,0103788	3,0103788	0,0155682	4,5155682	201	164	14/06/2019	31/12/2019	3,0057154	4,5085732
2020	0,0196945	3,0300732	0,0295417	4,5451099	201	165	14/06/2020	31/12/2020	3,0211946	4,5317919
2021	0,0248889	3,0549621	0,0373333	4,5824432	201	164	14/06/2021	31/12/2021	3,0437792	4,5656687
2022	0,0598331	3,1147952	0,0897496	4,6721928	201	164	14/06/2022	31/12/2022	3,0879113	4,6318669
2023	0,0835724	3,1983676	0,1253586	4,7975513	201	164	14/06/2023	31/12/2023	3,1608172	4,7412259
2024	0,1042879	3,3026555	0,1564319	4,9539832	201	165	14/06/2024	31/12/2024	3,2556404	4,8834606
2025	0,1067245	3,4093800	0,1600868	5,1140700	201	164	14/06/2025	31/12/2025	3,3614271	5,0421406
2026	-	3,4093800	-	5,1140700	201	164	14/06/2026	31/12/2026	3,4093800	5,1140700
2027	-	3,4093800	-	5,1140700	201	164	14/06/2027	31/12/2027	3,4093800	5,1140700
2028	-	3,4093800	-	5,1140700	201	165	14/06/2028	31/12/2028	3,4093800	5,1140700
2029	-	3,4093800	-	5,1140700	201	164	14/06/2029	31/12/2029	3,4093800	5,1140700
2030	-	3,4093800	-	5,1140700	201	164	14/06/2030	31/12/2030	3,4093800	5,1140700
2031	-	3,4093800	-	5,1140700	201	164	14/06/2031	31/12/2031	3,4093800	5,1140700
2032	-	3,4093800	-	5,1140700	201	165	14/06/2032	31/12/2032	3,4093800	5,1140700
2033	-	3,4093800	-	5,1140700	201	164	14/06/2033	31/12/2033	3,4093800	5,1140700
2034	-	3,4093800	-	5,1140700	201	164	14/06/2034	31/12/2034	3,4093800	5,1140700
2035	-	3,4093800	-	5,1140700	201	164	14/06/2035	31/12/2035	3,4093800	5,1140700
2036	-	3,4093800	-	5,1140700	201	165	14/06/2036	31/12/2036	3,4093800	5,1140700
2037	-	3,4093800	-	5,1140700	201	164	14/06/2037	31/12/2037	3,4093800	5,1140700
2038	-	3,4093800	-	5,1140700	201	164	14/06/2038	31/12/2038	3,4093800	5,1140700
2039	-	3,4093800	-	5,1140700	79	164	14/06/2039	31/08/2039	3,4093800	5,1140700

**ANEXO C - PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA – DRE REEQUILIBRADA (R\$ MILHÕES)**



DESCRIÇÃO	SOMA
-----------	------

**Demonstração de Resultados:**

<b>(+) Receita Bruta</b>	<b>492,37</b>
(-) Impostos sobre a Receita	39,55
Alíquota Efetiva	8,03%
<b>(=) Receita Líquida</b>	<b>452,83</b>
(-) Custos e Desp. Operacionais	121,12
Custos de Operação	99,20
Custos de Conservação	18,93
C. Amb., Sociais, Saúde e Segur.	2,08
Outros Custos Operacionais	0,90
<b>(=) Resultado Bruto</b>	<b>331,71</b>
Gerais e Administrativas	3,99
Outras Despesas Operacionais	12,47
<b>(=) EBITDA</b>	<b>315,25</b>
% Margem	21,06
(-) Depreciação e amortização	81,54
<b>(=) EBIT</b>	<b>233,71</b>
<b>(=) EBIT</b>	<b>233,71</b>
(-) IR + CSLL	39,83
<b>(=) Lucro líquido</b>	<b>193,88</b>

**ANEXO D - PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA - FLUXO DE CAIXA REEQUILIBRADO (R\$ MILHÕES)**

DESCRIÇÃO	VPL(Tx=TIR)	TOTAL
<b>TIR Original do Projeto</b>	10,754134125%	
<b>EBITDA</b>	<b>73,854975</b>	<b>315,245629</b>
(-) Depreciação	40,856158	81,537633
<b>(=) EBIT</b>	<b>32,998817</b>	<b>233,707996</b>
(-) IR / CS	7,802561	43,692296
<b>(=) NOPAT</b>	<b>25,196256</b>	<b>190,015701</b>
(+) Depreciação	40,856158	81,537633
<b>(=) Gross Cash Flow</b>	<b>66,052414</b>	<b>271,553334</b>
(-) Capex	54,054552	84,487317
(-) Investimento Imobilizado		76,343086
(-) Investimento em Diferido		8,144231
(+/-) Necess. Capital de Giro	0,206648	0,173830
<b>(=) FCFF</b>	<b>0,000000000</b>	<b>187,239847</b>
<b>TIR Atual do Projeto</b>	<b>10,754134125%</b>	



Documento assinado eletronicamente por **Sheila Messias da Silva**, em 09/05/2025, às 12:22, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda de Araújo Farias**, em 09/05/2025, às 12:23, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Araújo de Carvalho**, em 13/05/2025, às 10:59, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.pe.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **65933468** e o código CRC **F9FE4E8A**.

#### **AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE PERNAMBUCO**

Av. Conselheiro Rosa e Silva, nº 975, - Bairro Aflitos, Recife/PE - CEP 52050-020, Telefone: